

ATA DA 037ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 03 DE MAIO DE 2016
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Cesar Valduga - Cleiton Salvaro - Dalmo Claro - Darci de Matos - Deka May - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dr. Vicente Caropreso - Fernando Coruja - Gabriel Ribeiro - Gean Loureiro - Gelson Merisio - Ismael dos Santos - Jean Kuhlmann - João Amin - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Leonel Pavan - Luciane Carminatti - Luiz Fernando Vampiro - Manoel Mota - Marcos Vieira - Mário Marcondes - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Natalino Lázare - Neodi Saretta - Nilso Berlanda - Padre Pedro Baldissera - Patrício Destro - Rodrigo Minotto - Romildo Titon - Silvio Dreveck - Valdir Cobalchini.

PRESIDÊNCIA - Deputados: Gelson Merisio
Padre Pedro Baldissera
Mário Marcondes

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA (Presidente) -
Abre os trabalhos da sessão ordinária. Solicita a leitura da ata da sessão anterior para aprovação e a distribuição do expediente aos srs. deputados.

Breves Comunicações

DEPUTADO DIRCEU DRESCH (Orador) - Refere-se ao Dia do Trabalhador, ratificando a importância dos trabalhadores ao longo dos anos no Brasil.

Manifesta-se a respeito da 12ª Conferência Nacional de Direitos Humanos, ocorrida em Brasília, com o objetivo de consolidar as políticas de direitos humanos no Brasil e reafirmar os compromissos do Programa Nacional de Direitos Humanos. Na referida conferência foram aprovadas mais de 400 propostas contemplando a

saúde, educação, lazer e seguridade social de populações em situação de vulnerabilidade. Destaca a assinatura, pela presidente Dilma, do decreto que retira da invisibilidade milhares de pessoas, entre elas transexuais e travestis; a solicitação de urgência à apreciação do projeto de lei que altera o Código de Processo Penal; o lançamento do aplicativo Proteje Brasil; e a entrega do relatório do primeiro ano do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, salientando a criação, em Santa Catarina, de uma legislação que crie o Sistema de Estadual de Combate à Tortura, cujo projeto deverá ser enviado à Assembleia Legislativa. *[Taquígrafa: Salete]*

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI (Oradora) - Faz críticas em relação à demora no julgamento do deputado Eduardo Cunha, que continua fazendo manobras para votar o mérito do processo no conselho de ética, anunciando que está lançando placar que será atualizado diariamente e que mostrará os dias da não cassação do deputado.

Salienta que a Procuradoria-Geral da República já pediu o afastamento do deputado Eduardo Cunha da Presidência da Câmara dos Deputados, afirmando que a imprensa mundial enxerga o que algumas pessoas do Brasil não enxergam, enfatizando que a presidente Dilma Rousseff não cometeu nenhum crime, é honesta e está sendo julgada por um corrupto.

Deputado Dirceu Dresch (Aparteante) - Cumprimenta o parlamentar pelo pronunciamento, acrescentando que o deputado Eduardo Cunha não pode representar o povo brasileiro e o Brasil.

Deputado César Valduga (Aparteante) - Parabeniza o deputado pelo pronunciamento, dizendo que o deputado Eduardo Cunha, de forma cínica, faz desdém à Justiça e ao povo brasileiro.

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA (Presidente) - Suspende a sessão até o início do horário

destinado aos Partidos Políticos. [Taquígrafa: Ana Maria]

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA (Presidente) -
Reabre a sessão e passa ao horário destinado aos Partidos Políticos.

Partidos Políticos

Partido: PP

DEPUTADO DEKA MAY (Orador) - Informa que apresentará projeto de lei que propõe o uso de produtos orgânicos na alimentação fornecida aos pacientes dos hospitais da rede pública do estado, salientando sua preocupação com o uso indevido de agrotóxicos nos alimentos.

Deputado Dirceu Dresch (Aparteante) - Reitera a importância do tema, colocando-se à disposição para discutir soluções. [Taquígrafa: Rubia]

Partido: PT

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA (Orador) - Relata a experiência fantástica do assentamento José Maria, em Abelardo Luz, que produz alimentos agroecológicos e orgânicos, sendo referência no Programa de Merenda Escolar Municipal. Salienta que existem outras experiências na mesma área em outros programas da reforma agrária com acompanhamento técnico para desenvolver alimentos saudáveis.

Enfatiza que deve haver programas no setor público que viabilize uma alimentação mais saudável, como uma legislação específica que passe por todos os entes.

Deputado Deka May (Aparteante) - Comunga com o discurso do deputado, salientando que a vida se faz de bons exemplos.

DEPUTADO MÁRIO MARCONDES (Presidente) - Não havendo mais oradores inscritos, suspende a sessão

até o horário destinado à Ordem do Dia.
[Taquiografia: Sílvia]

Ordem do Dia

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Reabre a sessão e dá início à Ordem do Dia, relatada na íntegra.

Passaremos à Ordem do Dia.

Votação do parecer do Projeto de Lei n. 0109/2015, de autoria do deputado Fernando Coruja, que dispõe sobre a distribuição gratuita de análogos da insulina aos portadores de diabetes inseridos em programas de educação para diabéticos.

Conta com parecer contrário da comissão de Constituição e Justiça.

Trata-se de requerimento do deputado Fernando Coruja, que teve parecer contrário na comissão.

Como não está presente o deputado, vou retirar de pauta esta matéria e vou deixá-lo, como trata de projeto de origem legislativa, para a próxima sessão.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Conversão em Lei de Medida Provisória PCL n. 0205/2016, de procedência da comissão de Finanças e Tributação, que altera legislação que trata dos fundos especiais que menciona e estabelece outras providências.

Ao projeto foram apresentadas emendas supressivas e também dois destaques do deputado Fernando Coruja.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Finanças e Tributação.

Vamos votar inicialmente os requerimentos: o que pede votação em separado da emenda supressiva art. 31; e o que pede a votação em separado da emenda supressiva ao inciso XIX do art. 28 da medida provisória.

Estão em discussão os requerimentos.

DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Peço a palavra, sr. presidente.

Com a palavra, para discutir, o deputado Fernando Coruja, por até cinco minutos.

DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Sr. presidente, srs. deputados, fizemos duas emendas a esta medida provisória. A medida provisória foi editada no final do ano passado alterando a legislação que trata dos fundos especiais e, na verdade, foi uma medida provisória dentro de outras medidas legislativas que o governo tomou no final do ano passado com a finalidade de fazer caixa para suprir a deficiência do Tesouro para arcar com algumas obrigações, entre elas o pagamento da folha.

Na prática, pelo que eu pude perceber, é comum, em Santa Catarina, ao final do ano, rapar os fundos constitucionais ou os fundos legais do estado para suprir o caixa. Há dificuldade no final do ano, então, raspam-se os fundos dos recursos que não foram aplicados.

Mas dentre o que esta medida provisória trata, por exemplo, ela extingue um fundo relacionado à Perícia Oficial, o Fundo de Melhoria da Perícia Oficial de Santa Catarina, que é um fundo vinculado à secretaria de estado da Segurança e que tem a finalidade de fazer com que a Perícia Oficial tenha recursos.

Hoje fizemos uma reunião da CPI dos medicamentos e tivemos a oportunidade de chamar aqui para colaborar a diretora de Vigilância Sanitária do estado de Santa Catarina, dra. Raquel, e o diretor do Laboratório Central, dr. Winston, e basicamente nós queríamos saber sobre o funcionamento, sobre a capacidade de o estado de Santa Catarina verificar se os medicamentos comercializados são falsificados ou não.
[Taquígrafa: Sara]

O que nós percebemos é que não só em Santa Catarina, mas no Brasil como um todo, não há capacidade técnica, como regra geral, para analisar um medicamento. Se pegarmos um fitoterápico qualquer, não se consegue, através do laboratório, se ali dentro tem ou não um corticoide, um hormônio de tireoide. Você não consegue pegar um suplemento alimentar e saber se

ali tem um anabolizante. E, segundo a informação dos técnicos, nenhum laboratório oficial do Brasil consegue fazê-lo. Há uma deficiência!

Foi inclusive aventado que talvez o Instituto-Geral de Perícias possa fazer, eventualmente, algumas análises com relação a algumas drogas específicas, mas talvez não consiga fazer isso.

Aqui, com relação a essa medida provisória, está-se retirando os recursos do Fundo de Melhoria da Perícia Oficial e o extinguindo. Por isso, apresentei uma emenda para que, entre as várias alterações feitas aqui, porque a medida provisória é extensa e faz múltiplas alterações, não se extinga o Fundo da Perícia. Já temos uma deficiência enorme e quer-se extinguir o Fundo da Perícia.

Outra emenda que apresentei foi para alterar um dispositivo da lei, § 2º, do art. 6º, da Lei n. 15.510, que está sendo revogado, já que a medida provisória faz a revogação de inúmeros e dispositivos, que permite, com essa revogação, que não sejam incluídos no compute da saúde os valores aqui explicitados que, de certa forma, vai acabar diminuindo a aplicação em saúde no estado de Santa Catarina.

Estamos num momento aqui em que houve uma apresentação por parte das Câmaras dos Vereadores de uma emenda constitucional para aumentar a aplicação em saúde no estado, o deputado Gelson Merisio apresentou uma emenda também para aumentar os recursos aplicados em saúde - o deputado Mauro de Nadal fez um substitutivo hoje para aumentar os recursos destinados à saúde e, ao aprovar essa revogação estamos diminuindo esses recursos. Por isso, solicitei a supressão para que os recursos de saúde não fossem diminuídos do estado de Santa Catarina, já que estamos numa luta para aumentá-los, e parece que todos concordam em aumentá-los, já que há uma emenda da Câmara dos Vereadores neste sentido, bem como do presidente desta Casa que foi subscrita por muitos deputados. E as manifestações que ouço neste plenário são sempre para ampliar os recursos para a saúde.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

Deputado Silvio Dreveck - Pela ordem, sr. presidente.

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Silvio Dreveck.

DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, levando em consideração que a matéria entrou em debate praticamente hoje neste plenário, com os destaques apresentados pelo deputado Fernando Coruja e também com as emendas apresentadas, e entendendo que ainda há a possibilidade de detalhar melhor essa questão, pediria que deixasse a deliberação dessa matéria para amanhã, se v.exa. entender que isso é possível. Da nossa parte, gostaria muito que pudéssemos até amanhã avançar na discussão desse assunto e fazer o que é melhor no conjunto da obra.

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Essa medida provisória tem seu prazo de validade até amanhã. Temos, portanto, condições técnicas de votá-la amanhã, havendo concordância dos srs. líderes. O processo está aberto e em havendo concordância não há problema para retirar a matéria, mas há que se ter a segurança de votarmos amanhã em qualquer condição, até para não incorreremos no erro de deixar prescrever uma matéria tão importante.

DEPUTADO SILVIO DREVECK - V.Exa. tem razão. Teremos que ter quorum para votar amanhã a matéria porque ela tem prazo de vencimento.

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Há concordância de todos os srs. líderes pelo adiamento da matéria?

(Os srs. líderes aquiescem.)

A matéria está retirada da pauta e voltaremos a deliberá-la no dia de amanhã.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0493/2015, de autoria do deputado Antônio Aguiar, que reconhece o município de Barra Velha como a Capital Estadual do Pirão.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 0067/2016, de autoria do deputado Mário Marcondes, a ser enviada ao cidadão Almir Fernandes de Souza, manifestando aplauso pela criação do Projeto Farmácia Solidária.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Esta Presidência comunica que defere de plano os Requerimentos n.s: 0455/2016 e 0456/2016, de autoria da deputada Luciane Carminatti; 0457/2016, 0458/2016, 0459/2016, 0460/2016, 0461/2016, 0462/2016 e 0463/2016, de autoria do deputado Maurício Eskudlark; 0464/2016 e 0465/2016, de autoria do deputado Cesar Valduga; 0466/2016, de autoria do deputado Rodrigo Minotto; 0467/2016, de autoria do deputado Jean Kuhlmann; 0468/2016, de autoria do deputado Mário Marcondes; 0469/2016, 0470/2016, 0471/2016, 0472/2016, 0473/2016, 0474/2016 e 0475/2016, de autoria do deputado Gean Loureiro; 0476/2016, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera; 0477/2016, de autoria do deputado Aldo Schneider; 0478/2016, de autoria do deputado Neodi Saretta.

Comunica, também, que será enviada aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, a Indicação n. 0203/2016, de autoria do deputado Neodi Saretta.

Finda a pauta da Ordem do Dia. *[Taquígrafa: Cristiany]*

Explicação Pessoal

DEPUTADO GEAN LOUREIRO (Orador) - Parabeniza os organizadores da Festa da Tainha, que busca valorização da cultura açoriana, começando com um café no Rancho do Getúlio, uma missa na beira da praia, culminando com a apresentação do Boi de Mamão, mantendo a característica dos pescadores da cidade.

Menciona que iniciou o ciclo de comemorações da Festa do Divino, que se estenderá por dias em várias comunidades. Destaca que a festa tem característica muito açoriana, uma prática coletiva que traduz a devoção ao Espírito Santo, com um grande envolvimento comunitário.

Deputado Luiz Fernando Vampiro (Aparteante) - Enaltece a pesca artesanal, principalmente na época da tainha, que já começou com um lanço de várias toneladas do pescado na comunidade do Farol de Santa Marta.

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Não havendo mais oradores inscritos a fazer uso da palavra, encerra a sessão, convocando outra, ordinária, para o dia subsequente, à hora regimental. *[Taquígrafa: Salete] [Revisão Final - Taquígrafa: Renata]*